

**A. I. N °** - 928027805  
**AUTUADO** - JOÃO DE OLIVEIRA NOVAES DE JEQUIÉ  
**AUTUANTE** - ROQUE ANTONIO CAMPODONIO ELOY  
**ORIGEM** - IFMT-DAT/SUL  
**INTERNET** - 15.10.04

## **1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

### **ACORDÃO JJF N° 0391/01-04**

**EMENTA:** ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. Constatada a concessão de prazo para pagamento em data anterior à autuação. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

## **RELATÓRIO**

O presente Auto de Infração, lavrado em 13/05/2004, exige ICMS no valor de R\$ 1.468,80, imputando ao autuado a infração de não ter efetuado o recolhimento do imposto, na primeira repartição fazendária do percurso, referente à antecipação tributária das mercadorias constantes da nota fiscal n° 021641 (fl. 02). Consta no corpo do Auto de Infração a sua quitação através de pagamento, conforme documento de arrecadação estadual (fl. 03), e a situação “baixado por pagamento” no extrato do sistema SIDAT (fl. 06).

O autuado apresentou defesa tempestiva (fl. 16), na qual requereu a revisão do Auto de Infração e a restituição dos valores pagos, já que é detentor de Autorização para recolher o tributo no prazo de até o 5º dia após a entrada das mercadorias em seu estabelecimento.

Auditora Fiscal designada, em informação fiscal (fls. 33 a 35), alegou que o contribuinte evitou o posto fiscal, deixando de cumprir a parada obrigatória e esquivando-se da conferência da carga e dos documentos fiscais. Afirmou que o fato de possuir prazo para recolhimento não dispensa a obrigação de submeter as operações realizadas ao controle do Estado, podendo este benefício ser suprimido diante da ocorrência de irregularidades, e que a possibilidade de evasão fiscal é que motivou a exigência contida na autuação. Disse que o autuado efetuou o pagamento de valor superior ao devido e, citando os arts. 127, §§ 2º e 3º e 153, do RPAF/99, opinou pela procedência do Auto de Infração.

## **VOTO**

O presente processo exige ICMS por não ter o autuado efetuado o recolhimento do imposto referente à antecipação tributária na primeira repartição fazendária do percurso.

Dos autos, verifico que o Auto de Infração foi baixado por pagamento, conforme extrato do sistema SIDAT.

O autuado, por ocasião de sua peça defensiva, alegou ser detentor de Autorização para recolher o tributo no prazo de até o 5º dia após a entrada das mercadorias em seu estabelecimento, o que constato ser verdade, conforme consulta ao sistema CPT, no parecer 2472/2003 emitido pelo titular da Infaz Jequié em 14/04/2003.

Considerando que o autuado não estava obrigado ao pagamento do imposto na primeira repartição fiscal do percurso, conforme relatado na autuação, entendo que descabe a sua exigência.

Observo que o autuado deverá requerer o pedido de restituição na forma dos arts. 77 a 79 do RPAF/99, depois de transitado em julgado na esfera administrativa e com decisão que lhe seja favorável.

Voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **928027805**, lavrado contra **JOÃO DE OLIVEIRA NOVAES DE JEQUIÉ**.

Sala das Sessões do CONSEF, 06 de outubro de 2004.

CLARICE ANÍZIA MÁXIMO MOREIRA – PRESIDENTE

MARCELO MATTEDI E SILVA - RELATOR

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - JULGADOR